

NOTÍCIAS AFRICANAS 3

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

22 A 28 DE MARÇO DE 1993

O 'Jornal do Brasil' partilha Angola

No editorial "A nova partilha", o *Jornal do Brasil* de 21 de março mostra uma preocupação com Angola e com a atuação do Itamaraty. Isso é saudável, tanto mais que sou couveiro, em país envolvido com a África, uma imprensa tão pouco preocupada e tão mal informada como a brasileira. E o nosso envolvimento não é só histórico e cultural; é também económico e político. Não sei de outro país ao sul do equador onde o Brasil tenha atualmente comprometidos cerca de US\$ 2 bilhões, como ocorre em Angola.

Pois bem, o editorial do JB nos diz que "hoje não há dúvida que Angola caminha para a partilha sob a supervisão da ONU, já que as duas partes se mostram irreconciliáveis". Pressupondo que se trata da partilha territorial, confesso que não li, e não deduzi, essa informação em nenhum jornal ou declaração da ONU. Por gosto e dever de ofício, somos levados no CEEA a ler semanalmente mais de uma dezena de publicações africanas e internacionais. A própria Unita vem rejeitando a partilha territorial e sua atuação militar indica isso. Ela quer, à força, a maior parcela possível do poder central.

Resta-nos a possibilidade de que a partilha referida no editorial do JB não seja territorial, mas política. Nesse caso, cabe lembrar que após a decisão de fundir equitativamente os dois exércitos, a mais importante partilha política já foi feita pelos resultados das eleições de setembro de 1992.

Nelas, o MPLA teve 53,74% dos votos para o Parlamento, correspondendo a 129 deputados; a Unita teve 34,10%, com a representação de 70 parlamentares. Os demais partidos não chegaram a somar 13% dos votos. Nas eleições presidenciais, José Eduardo dos Santos teve 49,57% da votação e Jonas Savimbi 40,07%. Por uma diferença de 0,43%, Dos Santos não teve

maioria absoluta e seria realizado um segundo turno. Savimbi impediu isso, enveredando pelo retorno à guerra após contestar os resultados das eleições. Estas foram julgadas "globalmente livres e justas" pelos representantes das Nações Unidas, pela *troika* de mediadores (EUA, Rússia e Portugal) e por cerca de 400 observadores internacionais. Isto o editorial do JB poderia ter mencionado, bem como deveria ter evitado o equívoco de indicar a África do Sul como mediadora, o que ela não foi.

Mas voltemos à "partilha" do JB, que "teria um efeito multiplicador na região". A idéia não é original e tem circulado bastante ultimamente. Tem um patrocinador interessado, o governo de minoria da África do Sul, e um documento: "Republic of Angola: addressing the present impasse".

Trata-se, em síntese, de uma partilha que parte do pressuposto da incapacidade inata africana de exercer a democracia como valor universal. O continente deveria contentar-se com uma "democracia africana", na qual o poder é partilhado não pela força dos votos mas pela correlação de forças militares, étnicas e económicas existentes no país.

As Nações Unidas não têm nada a ver com essa proposta e muito menos o Itamaraty. Ambos estão preocupados em promover a paz dentro do respeito aos resultados eleitorais.

O que se espera em Angola, no essencial, são três coisas. A primeira é que o caminho para a paz passa pela aceitação pela Unita de um cessar-fogo e do reconhecimento dos resultados eleitorais. A segunda é o desarmamento e a desmobilização que ainda faltam de modo a ser finalizado o processo de formação equitativa das novas Forças Armadas de Angola.

A terceira, que pode ocorrer simultaneamente com a segunda, se desdobra em duas possibilidades: a realização do segundo tur-

no das eleições presidenciais ou um processo de negociação mais imediato. Neste caso, haveria um governo de unidade nacional com maior participação da Unita nos cargos ministeriais, governos provinciais, empresas estatais etc.

A Unita a que me refiro não é o movimento militarista que assola o país, mas o partido político que representa uma parcela bastante substantiva da população angolana e que ganhou as eleições em quatro das províncias do Sul.

Em suma, a Unita precisa se transformar de movimento militarista rebelde em partido político. Ela é, indubitavelmente, a segunda força política do país e sem ela não há democracia em Angola. Uma parte da Unita - incluindo alguns dirigentes, deputados e altas patentes militares - já se conscientizou disso.

Se esse processo de conscientização da Unita é indispensável para a consolidação da paz, o estabelecimento mais a curto prazo dela está, em grande parte, dependente das ações que o Conselho de Segurança das Nações Unidas desencadear e, sobretudo, de uma nova postura do governo Clinton. Só no próximo mês o presidente americano removerá os diplomatas da administração anterior ligados à África e que são comprometidos com a antiga aliança com Savimbi. As ameaças que o líder da Unita vem fazendo aos interesses petrolíferos americanos em Angola pode acelerar uma decisão de Washington.

Em todo esse tempo de crise, e participando do Conselho de Segurança, o Itamaraty vem atuando com tanta competência quanto discrição. Sua atuação diplomática é marcada por coerência e confiabilidade, embora o Brasil careça de recursos, sobretudo económicos, para uma atuação mais decisiva.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

Angola:

- Noticiário sobre a guerra e sobre novas conversações para a paz (Pág. 3 a 10)

África do Sul:

- S Africa plan focuses on equality (Pág. 9)
- Evitar que o Inkhata reaja como a Unita (Pág. 12 e 13)
- O outro racismo sul-africano (Pág. 13)

Moçambique:

- Renamo bloqueia fiscalização (Pág. 11)
- Alonga-se o compasso de espera (Pág. 11 e 12)
- Maputo destrona Luanda (Pág. 13)

Cabo Verde

- A queda de Jorge Fonseca (Pág. 14)

COMUNICADO

Participamos a todos os estudantes que recebem o *clipping* NOTÍCIAS AFRICANAS a imediata necessidade de confirmação de seus endereços residenciais, para atualização de nosso cadastro e para que continuem recebendo regularmente a publicação.

ANGOLA

Quantos mortos mais antes das negociações

Os números oficiais indicam 12 mil mortos e 15 mil feridos sem assistência nos 55 dias de luta pela conquista do Huambo pela Unita. Segundo *The Economist* (13.3), Savimbi esperou esse êxito militar para impor novas condições de paz ou, ainda, para continuar a luta para, segundo ele, "libertar Angola".

Os novos termos anunciados por Jonas Savimbi passam pela "rejeição" da representante da ONU, Margareth Anstee, pela "reestruturação" da mediação das Nações Unidas e por "retificações", que ele não definiu quais, nos Acordos de Bicesse. O deputado pela Unita Norberto de Castro manifestou receio pelo futuro de Angola e considerou "contraditório" o discurso pronunciado por Savimbi.

O secretário da Informação da Unita, Jorge Valentim, denunciou o governo de Luanda de praticar "genocídio tribal ou limpeza étnica" e acusou a Espanha, Portugal e outros países de fornecer armas ao Exército angolano. O governo de Lisboa reagiu vivamente às acusações da Unita, sobretudo às ameaças veladas feitas aos portugueses residentes em Angola (cerca de 40 mil).

De Luanda, temos dois pronunciamentos importantes. O presidente Dos Santos criticou, por ocasião da investidura de oito novos membros do governo, a comunidade internacional por nada ter feito para impedir o rearmamento da Unita enquanto mantém o embargo feito ao seu governo, "o que o impede de exercer uma ação de legítima defesa": a de buscar auxílio em armamento no exterior.

O outro pronunciamento foi o do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Angola, general João de Matos. Segundo ele, a queda do Huambo foi "um simples acidente de percurso, uma retirada estratégica" para evitar maior número de mortos civis. Para o general Matos, as Forças Armadas estão hoje em muito melhores condições com o retorno dos militares desmobilizados em consequência dos Acordos de Bicesse e não é necessário a busca de auxílio militar.

A avaliação de guerra prolongada do general Matos coincide com uma declaração do primeiro-ministro português, Cavaco e Silva: "Parece-me que a paz em Angola está cada vez mais longe."

(JMNP)

ONU condena de novo a Unita e quer cimeira em abril

O Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 12 de março, a Resolução 811, que condena a Unita por sua persistente violação dos acordos de paz, por sua ausência na última rodada de negociações em Adis Abeba e exige (como já havia feito na Resolução 804, de 29 de janeiro) que Savimbi apresente provas de que deseja realmente a paz e aceita os resultados das eleições de setembro de 1992.

O Conselho solicitou ao secretário geral, Butros-Ghali, que organize, até o final de abril, uma cimeira (reunião de

cúpula) entre as duas partes, "ao maior nível possível". A reunião não será em Genebra - para não parecer uma cédência ao desejo da Unita - mas, provavelmente, em Londres.

Margareth Anstee, representante do secretário geral da ONU em Angola, avaliou em cerca de 60 mil o número de militares e propôs, entre outras medidas, o envio de uma força de paz de 15 mil "capacetes azuis", mas não sabe se a ONU está disposta a sustentar tal encargo.

(JMNP)

ÁFRICA DO SUL

O avanço nas negociações

O êxito das reuniões preparatórias para o encontro da Codesa 3 é um avanço bastante significativo no processo de transição sul-africano. A presença do Inkatha e de várias forças políticas até então ausentes das negociações torna este momento particular. Antes, a interlocução era feita tão somente entre o Congresso Nacional Africano e o governo da África do Sul. Assim, o espaço para os ataques das forças alheias aos esforços por uma África do Sul democrática era amplo. Sobretudo no caso do Inkatha, a perspectiva de um regime baseado em princípios democráticos, com eleições em curto prazo, é quase repulsiva, pois poderá colocar em risco o controle mantido por esse movimento sobre a etnia zulu.

Eleições. A pauta da reunião da Codesa 3 estabelece a discussão de itens fundamentais para o futuro institucional da África do Sul. Será negociada a definição das datas das eleições legislativas multirraciais visando à elaboração de uma nova constituição, previstas, no calendário apresentado pelos representantes governamentais, para março ou abril do próximo ano. No entanto, o ANC exerce pressões para realizar as eleições o quanto antes. Ao mesmo tempo, estará na pauta a proposta formulada pelo

ANC pregando a formação de um governo de unidade nacional constituído por todas as forças que tenham auferido no mínimo 5% de votos.

Neste momento, é praticamente unânime a convicção acerca da inevitabilidade de eleições legislativas no segundo semestre. As dúvidas são a respeito do perfil de um hipotético governo de unidade nacional, já que o governo sul-africano, embora concorde com o "conceito de partilha de poder", diverge do ANC na definição de como seria esse governo. Enquanto o projeto do ANC aponta para um Executivo forte, o governo sul-africano parece optar por um modelo menos centralizado, certamente temeroso de que a concentração de poderes nas mãos do ANC, virtual vencedor das eleições, produza mudanças abruptas.

O equilíbrio interno, com a erradicação do quadro de violência política cotidiana, é vital para a economia sul-africana. Unicamente dessa forma será possível o retorno dos investimentos estrangeiros e a normalização das relações com a comunidade financeira internacional. Parecendo reconhecer a necessidade de estabilidade, o governo sul-africano está lançando um plano de reformas econômicas estruturais que contempla o combate às desigualdades sociais típicas da sociedade sul-africana, antecipando-se a algo que será o eixo de um futuro governo liderado pelo ANC.

Roquinaldo Amaral Ferreira

A guerra, os diamantes e o petróleo

Aumenta o número de informações sobre a venda de diamantes pela Unita, um dos recursos que abastece a sua guerra. Antes de o movimento de Savimbi ocupar a região das Lundas, já era significativo o contrabando de diamantes. Agora ela é controlada pela Unita. Só no mês de janeiro, ela teria se apoderado de pedras de alta qualidade no valor aproximado de US\$ 400 mil.

Essas vendas ilegais preocupam a companhia sul-africana De Beers, que praticamente controla o mercado mundial de diamantes e vem adquirindo toda a produção contrabandeada, de modo a evitar uma queda dos preços no mercado.

Segundo os analistas dessa indústria, a De Beers teve uma queda de 14% na venda da bruta de diamantes e só no primeiro semestre de 1992 gastou US\$ 300 milhões absorvendo o contrabando angolano.

Outra fonte de recursos que a imprensa vem apontando como abastecedora da Unita seria o pagamento de "proteção" feito pelas empresas petrolíferas estrangeiras atuando no Soyo e em Cabinda.

Com a retomada do Soyo pelas tropas governamentais, espalhou-se a notícia da presença de mercenários. É provável que eles estejam atuando em defesa dessas instalações petrolíferas.

De concreto, o que temos é a presença de tropas francesas a bordo de fragatas estacionadas ao largo, com o fim de garantir não só a proteção das plataformas da empresa francesa Elf, no Soyo, bem como desta companhia e da americana Chevron em Cabinda. (JMNP)

MOÇAMBIQUE

Renamo desobedece acordo

Segundo o acordo geral de paz assinado em Roma, o governo de Moçambique e a Renamo devem permanecer com o controle das áreas que anteriormente ocupavam, sem intromissões mútuas. A Renamo foi acusada de ocupar zonas anteriormente controladas pelo governo. Essa denúncia está relacionada com informações de fontes diplomáticas de que a Renamo estaria recrutando novas forças, treinando-as no Quênia e as fazendo passar para Moçambique através do Malavi. Este seria o modo de proporcionar novas ocupações em território do governo e também de engrossar o número de efetivos que participará do exército único.

As acusações de invasão foram levadas à Comissão de Cessar-Fogo, que elaborou um plano de verificação que foi bloqueado pela Renamo. Perante isso, o representante do secretário geral da ONU em Moçambique, Aldo Ajello, levou o caso à Comissão de Supervisão e Controle, o mais alto órgão criado ao abrigo do Acordo de Roma. Essa comissão marcou uma reunião à qual a Renamo não compareceu. Em face do impasse, Ajello pretende realizar encontros informais de consulta com ambas as partes.

Esse episódio marca a crise mais séria que o processo moçambicano de paz defronta desde o Acordo de Roma.

Edson Borges

António Matos
em Luanda

O Governo angolano reconheceu ter retirado do Huambo. Mas a situação militar na capital do Planalto Central, um trunfo que o Governo não quer perder, ainda pode evoluir. Talvez por isso, as Nações Unidas mantêm o silêncio. Jonas Savimbi fala hoje "à nação" através da Vorgan.

As Forças Armadas Angolanas (FAA) admitiram ontem oficialmente a queda da cidade do Huambo. "As forças governamentais de forma organizada e, por razões estratégicas, retiraram-se das posições que ocupavam" no Huambo, lê-se num curto comunicado assinado pelo general João de Matos, chefe do Estado-Maior General das FAA.

Após 55 dias de combates, a UNITA saía vencedora daquela que o próprio João de Matos considerou "a mais dura, mortífera e destruidora" batalha da história de Angola. O líder da oposição armada, Jonas Savimbi, não esqueceu no momento da vitória a importância que o comandante-chefe das tropas governamentais atribuíra à batalha

Luanda reconhece perda de Huambo

Savimbi fala hoje

PÚBLICO, 9.3.93

do Huambo e tirou imediatamente as consequências.

Depois de conquistar o Huambo, um poderoso trunfo para as negociações, a oposição armada angolana apressou-se a propor a cidade suíça de Genebra para sede das próximas conversações UNITA-Governo, sob os auspícios das Nações Unidas. O Governo de Luanda ainda não reagiu oficialmente a esta proposta, mas alguns dos seus membros, como o vice-ministro das Relações Exteriores para a área da Cooperação, João Miranda, consideram "pouco séria" a iniciativa do movimento rebelde.

Durante todo o dia de ontem, a Vorgan, a rádio da UNITA que emite a partir da Jamba, anunciava para hoje "uma declaração à nação" de Savimbi, que alegadamente falará em directo da cidade do Planalto Central "sobre a importância da conquista do Huambo".

Mas o assunto não parece encerrado. Em círculos militares de Luanda admite-se pouco provável que o Governo venha a conformar-se com a queda da segunda cidade do país ou, tão pouco, a participar no processo negocial agora proposto pela UNITA. Muito poucos acreditam que o Governo tome parte numa ronda negocial onde a UNITA se

apresente numa posição de força.

Nas Nações Unidas, para já, o silêncio. Adiado em vários dias o calendário que se propusera cumprir, Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU para Angola, só hoje deverá encontrar-se, em Nova Iorque, com Butros-Ghali, a quem irá entregar um relatório sobre a situação em Angola.

Uma fonte diplomática em Luanda admitiu ao PÚBLICO que as Nações Unidas deverão esperar ainda alguns dias antes de se manifestarem publicamente sobre a situação em Angola: "É preciso testar a consistência dos novos dados", disse, sugerindo que a situação do Huambo pode não ser irreversível.

Complicações em Cabinda

O Governador de Cabinda atribuiu ontem a "bandidos armados" da FLEC/FAC a responsabilidade do ataque realizado domingo contra um posto de observação da Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II), na sequência do qual foi ferido um oficial da ONU.

Augusto da Silva Tomás classificou a situação no en-

clave de "estacionária", mas admitiu que a UNITA poderá, a qualquer momento, desencadear um ataque às forças governamentais".

Foi o terceiro incidente com a missão da ONU em Cabinda depois de, em Fevereiro, ter sido raptado um oficial de nacionalidade jordana, que ainda se encontra detido por uma das facções da FLEC (Frente de Libertação de Cabinda).

A libertação deste oficial estava prevista para ontem, em Kinshasa, mas até ao fim da tarde ainda não tinha ocorrido. Uma fonte da UNAVEM revelou ao PÚBLICO que a FLEC fizera entretanto uma exigência considerada inaceitável pela ONU: a inclusão do caso de Cabinda na agenda das negociações Governo-UNITA.

Em Setembro, os observadores da ONU no enclave seriam ainda um dos alvos da revolta dos desmobilizados das FAPLA, antigo exército do MPLA. Na altura, o chefe da missão em Cabinda foi obrigado, sob a ameaça de armas, a transportar numa carrinha com as insígnias e a bandeira da ONU vários indivíduos que disparavam indiscriminadamente.

Os ataques de que a missão das Nações Unidas vêm sendo alvo em Angola mereceram uma firme referência na Resolução 804, de 29 de Janeiro, do Conselho de Segurança. Este organismo manifestou a sua preocupação pelos "ultrajantes incómodos e abusos dirigidos contra o pessoal da UNAVEM, além da pilhagem e destruição de propriedades da ONU". ■

Diamantes

PÚBLICO, 9.3.93

ESTARÁ o império diamantífero De Beers a ajudar a financiar os rebeldes angolanos da UNITA? Desde que a guerra civil estalou em Outubro, funcionários da indústria dos diamantes suspeitam que a UNITA, que perdeu quase todo o auxílio externo depois dos acordos de paz de 1991, está a vender diamantes da região nordeste de Angola, sob seu controlo, para pagar os seus fornecimentos.

Fontes no Zaire dizem que, em Janeiro passado, em Tshikapa, uma localidade fronteiriça, traficantes libaneses pagaram à UNITA 400 mil dólares por cerca de 2000 carates de pedras de grande qualidade. "Os zaienses negociam, mas os angolanos

recebem o dinheiro", diz um negociante. "Sabemos que estamos a tratar com a UNITA". Os diamantes são procurados por De Beers, através de intermediários, dizem as fontes. "Os nossos escritórios de compra estão abertos", diz um porta-voz da De Beers. "A menos que (o vendedor) exiba a sua filiação, nós não a adivinhámos".

Segundo os analistas da indústria, De Beers, que teve uma quebra de 14 por cento na venda bruta de diamantes no primeiro semestre de 1992, terá gasto 300 milhões de dólares a comprar diamantes extraídos em Angola fora do seu controlo. ■

Exclusivo PÚBLICO/"Newsweek"

NOTÍCIAS
AFRICANAS



Não deixe de
assinar

Uma seleção criteriosa
de recortes das
principais notícias
sobre os Países
Africanos de Língua
Oficial Portuguesa e
sobre a África Austral
publicadas nos jornais

Enquanto Presidente angolano volta a pedir fim do embargo de armas

PÚBLICO, 10.3.93

Savimbi quer Bicesse II

Fernando Sousa

Nem Adis Abeba, nem Margaret Anstee, nem Bicesse na sua fórmula actual, disse ontem Jonas Savimbi aos microfones da Vorgan, uma hora depois de José Eduardo dos Santos pedir o fim do embargo de armas aos beligerantes. No Cubal, perto de Huambo, estão a concentrar-se forças governamentais, mas a UNITA diz que não tem medo.

Jonas Savimbi disse ontem que reconhece a validade dos acordos de Bicesse, desde que sejam revistos em pontos que não especificou, rejeitando no entanto um novo encontro em Adis Abeba com uma delegação governamental. Muito menos mediada pela representante especial do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee.

Discursando durante uma hora aos microfones da Vorgan, a emissora rebelde que emite a partir da Jamba, o dirigente da oposição armada angolana — cujas palavras foram captadas em Lisboa pela Radiodifusão Portuguesa — acusou a diplomata britânica de “inexperiência africana”. Depois, defendeu a sua substituição por uma “personalidade de prestígio (...) se possível um africano”.

Savimbi — que não foi ouvido em Luanda devido a interferências que duraram o tempo da sua intervenção — disse aceitar a mediação da ONU mas ressaltou que ela deve ser objecto de uma “reestruturação, para que não estejamos a falar como se fôssemos crianças”. Disse então que Margaret Anstee [contra quem os luandenses também se manifestaram segunda-feira] “tem de sair”.

A diplomata, que se encontra em Nova Iorque para prestar contas a Butros Butros-Ghali dos esforços mediadores, responsabilizou recentemente o dirigente rebelde pelo malogro da segunda ronda negociada que deveria ter ocorrido na capital etíope no dia 26 de Janeiro. A UNITA alegou então a falta de “condições de segurança” para justificar a ausência de Adis Abeba.

Dez vezes pior que Mavinga

Mas foi Huambo — “que pagou caro na sua carne 55 dias e 55 noites de combates, cuja violência jamais atingiu [a registada] nos teatros militares africanos” — que ocupou a maior parte da intervenção de Jonas Savimbi. “Mavinga fica dez vezes atrás do que aconteceu no Huambo”, disse, comparando-o com a batalha que precedeu os Acordos de Bicesse assinados em Maio de 1991.

Sublinhando que “tem força quem tem razão”, o líder rebelde disse que a “libertação” de Huambo — “berço dos povos do Planalto Central” — não pode ficar na história angolana como “um perigo à unidade nacional” ou “maculado por ideias secessionistas”.

O comandante da oposição armada deixou claro que a cidade jamais será tomada pelas tropas governamentais, que a guerra vai continuar até que sejam libertadas as personalidades que o Governo mantém “sob custódia”. Explicação: a UNITA teve no Huambo “uma máquina de guerra que talvez só tem comparação com o que eles [o Governo] têm em Luanda e em mais cidade alguma”.

Savimbi disse ainda estar na posse de mensagens do “Presidente do MPLA” dirigidas ao comandante da polícia Anti-Motim, ordenando-lhe a “expulsão dos bandidos armados” do Huambo, “alvo politicamente estratégico e militarmente decisivo”. Sobre o superintendente Jorge Sukissa, acusou-o de “tração” quando estava a negociar a paz com os comandantes da UNITA, os generais Demóstenes Chilingutilla e Domingos Lihauca “Wyio”.

Atacado foi ainda o correspondente da televisão britânica BBC e da SIC. Segundo o dirigente da UNITA, William Tonet, que serviu de mediador de mensagens entre os estados-maiores inimigos em meados de Maio, é “um agente de espionagem, misturado em negócios sujos”. Em uma dessas mensagens, alegadamente dirigida ao general João de Matos, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), o jornalista teria escrito: “Se estou aqui, estou aqui por si; se estou aqui, estou aqui por causa do nosso ideal comum. Farei tudo para ajudar o Sukissa”.

Palavras cruzadas

A dificuldade com que Jonas Savimbi teve em fazer-se ouvir em Angola não a teve José Eduardo dos Santos que, pouco antes da anunciada intervenção do dirigente da UNITA, aproveitou a investidura de oito novos titulares governamentais para sublinhar “o carácter sangrento e vingativo de um grupo que viola todos os compromissos que assume”. E que se permite desafiar, “com o apoio de mercenários, da África do Sul e do Zaire”, a ONU, os observadores internacionais e toda a comunidade internacional.

Criticando no entanto a comunidade internacional por nada ter feito “para impedir o rearmamento da UNITA”, o chefe do Estado angolano disse que é “injusto” que essa mesma comunidade entrave a acção de legítima defesa do Governo continuando a impor-lhe a opção “triplo zero” que o impede de buscar ajuda no exterior.

Para Eduardo dos Santos, “a única forma digna de se desfazer esta lamentável cegueira” só pode passar agora pelo “abandono definitivo” dessas posições ambíguas e no apoio ao Governo de Angola na “via democrática definida pelos acordos de Bicesse”.

O Presidente não pediu nada mais que o levantamento da proibição sobre o fornecimento de armas aos beligerantes, 48 horas depois do chefe do Estado-Maior das FAA, general João de Matos, ter interpretado Huambo como um simples acidente de percurso, uma “retirada estratégica” de uma guerra civil que “será prolongada”.

João de Matos, que tem estado na Catumbela, o centro operacional entre o Lobito e Benguela, tentou diminuir o impacto da queda do Huambo,

que o Governo demorou a reconhecer, afirmando que ela “não significa que o Governo tenha perdido a guerra” e que Angola deve “preparar-se” para um conflito geral e duradouro.

“Muito brevemente poderão ter notícias animadoras”, disse. [Luanda está a concentrar poderosos efectivos no Cubal, próximo da cidade, preparando uma eventual contra-ofensiva]

João de Matos, segundo o qual as forças governamentais se retiraram por terem ficado em inferioridade numérica e por existirem muitas vítimas civis, disse mesmo que “o Exército está hoje em melhores condições e que vai mudar brevemente a situação”. Referia-se à incorporação das unidades militares que tinham sido desmobilizadas em virtude dos Acordos de Bicesse (1991).

Consequente com a política de desdramatização adoptada por Luanda noutros momentos de crise, o comandante disse que a situação no país não justifica a tomada de medidas de emergência, incluindo um pedido de ajuda militar ao estrangeiro. Mas o Presidente angolano afirmara na semana passada que o seu Governo ponderava um pedido de auxílio militar a países amigos e a deslocação, ontem, ao Gabão, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, que visitará também o Senegal, não foi acompanhada de qualquer explicação por parte do Governo.

Cavaco teme somalização

Números oficiais anunciados na capital angolana apontam para 12 mil as vítimas mortais de 55 dias de confrontos na segunda cidade do país. Organizações humanitárias referem a possibilidade de 15 mil feridos sem assistência. Huambo contava 800 mil habitantes antes dos combates mas não terá agora mais de 200 mil a 300 mil.

O responsável pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) em Angola, Christopher Harnish, voltou ontem a defender a necessidade urgente das equipas de socorro serem autorizadas a chegar à capital do Planalto Central. A equipa do CICR retirou-se da cidade no dia 15 de Janeiro, uma semana depois da eclosão dos combates, impossibilitada de exercer a sua missão humanitária.

“Parece-me que a paz em Angola está cada vez mais longe”, afirmou ontem, numa conferência de imprensa em Lisboa, o primeiro-ministro português Cavaco Silva. “Receio mesmo que se possa caminhar para uma situação não muito diferente da Etiópia, da Somália [...]”. E acrescentou: “As partes não ouvem os apelos internacionais”. ■

Secretário-geral da ONU confirma confiança em Margaret Anstee

Luanda ignora discurso de Savimbi

PÚBLICO, 11.3.93

O MINISTRO das Relações Externas angolano, Venâncio de Moura, afirmou ontem que o seu Governo não recebeu formalmente qualquer proposta da UNITA para a realização de negociações em Genebra, mas que se as recebesse rejeitaria a iniciativa.

O dirigente da oposição armada angolana, Jonas Savimbi, recusou terça-feira, num discurso proferido aos microfones da Vorgan, a emissora da organização, o regresso da UNITA a Adis Abeba, a continuação de Margaret Anstee como mediadora da crise e os Acordos de Bicesse (Maio de 1991) na sua formulação actual.

Sobre a continuação da representação de Butros Butros-Ghali na mediação, o responsável pela diplomacia luandense, que falava em Libreville, onde foi recebido pelo Presidente gabonês Omar

Bongo, endossou a questão para o secretário-geral das Nações Unidas.

Um porta-voz da ONU disse ontem em Nova Iorque, onde a situação angolana foi examinada em sessão de consultas do Conselho de Segurança, que a representante especial das Nações Unidas tinha o apoio total de Butros-Ghali. "A senhora Anstee continua a representante especial do secretário-geral e beneficia do seu apoio total", disse Ahmad Fawzi à AFP.

Interrogado sobre um eventual pedido de intervenção estrangeira feita pelo Governo de Angola para restaurar a paz no país, o ministro das Relações Exteriores angolano afirmou que "não está excluída" essa possibilidade. Acrescentou no entanto que a comunidade internacional, nomeadamente os portugueses e os americanos, poderão exercer "pressões eficazes" sobre Savimbi.

Luanda pediu ao vizinho Zimbabwe que a ajude a con-

vencer a comunidade internacional que "a situação em Angola não é comparável à da Somália", segundo declarou ontem, em Harare, o general Alexandre Rodrigues, enviado do Presidente angolano.

O delegado angolano confirmou que José Eduardo dos Santos enviou uma mensagem no mesmo sentido aos seus homólogos dos países da "linha da frente", que agrupa, para além de Angola e do Zimbabwe, o Botswana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia e Zâmbia.

O chefe do Estado angolano pediu terça-feira que as Nações Unidas modifiquem a Resolução sobre Angola que impede os beligerantes de receberem do exterior qualquer armamento. Luanda espera que o Zimbabwe a ajude a vencer a ONU a revogá-la. Eduardo dos Santos enviou também mensagens aos presidentes da França, Senegal, Costa do Marfim e ao soberano de Marrocos.

A tranquilidade no país,

garantida à agência Lusa, em Luanda, por uma fonte militar, contrasta com o aumento da tensão no enclave petrolífero de Cabinda, onde um atentado destruiu três veículos.

Desconhecidos atacaram na semana passada um posto de observação das Nações Unidas no enclave, destruindo as instalações e o material dos delegados da ONU. Um observador da ONU, de nacionalidade holandesa, ficou ferido num braço.

Avião da ONU alvo de ataque

Butros Butros-Ghali exigiu entretanto a libertação "incondicional e sem demora" do soldado jordano da ONU raptado em Cabinda há

Continua na pág. 6

PÚBLICO, 11.3.93

As chantagens da guerra

António Matos, em Luanda

JONAS SAVIMBI, chefe do movimento rebelde angolano, ameaça com a guerra e, exaltando a sua força militar, impõe regras às Nações Unidas para regressar às conversações de paz. O Presidente da República, por seu lado, começa a mostrar-se cansado de esperar pelos Estados Unidos e pede aos observadores que ajudem o Governo a rearmar-se. Chama-lhe compensação pela "cegueira" de não terem visto o "exército secreto" da UNITA antes das eleições.

"A UNITA tem no Huambo uma máquina de guerra que talvez só tem comparação com o que eles [Governo] têm em Luanda e em mais cidade alguma". Quem o diz é o comandante do exército rebelde, Jonas Savimbi. E esta afirmação, diz-se em círculos políticos e diplomáticos da capital angolana, resume o tom vitorioso e belicista utilizado por Savimbi no discurso difundido terça-feira pela Vorgan — Voz da Revolução do Galo Negro.

Depois de ter tido que lutar durante 55 dias para conquistar a sua praça mais forte, o Huambo, Savimbi ameaça continuar a guerra se não vir satisfeitas todas e cada uma das suas exigências: a libertação dos membros da UNITA que se encontram em Luanda "sob custódia" do Governo; a substituição como mediadora das conversações de paz da representante especial do secretário-geral da ONU para Angola, Margaret Anstee; uma agenda aberta e não restrita aos acordos de Bicesse para um próximo encontro.

Os elementos da UNITA que se mantêm "sob custódia" desde a batalha de Luanda são uma das questões mais embaraçosas para o Governo. Abel Chivukuvuku, que ainda não foi empossado como deputado por razões de saúde, e Carlos Morgado, este sim já com estatuto parlamentar, continuam a dormir no edifício

do Ministério da Defesa. Este último foi recentemente impedido de estar presente, na cidade do Porto, ao funeral do pai e aguarda ainda a possibilidade de visitar a família em Portugal por alegados atrasos na emissão do passaporte diplomático.

Embora uma boa parte tenha pronunciado discursos contra a "d direcção belicista" do partido e alguns tenham ocupado o seu lugar no novo Parlamento, a sua situação permanece obscura, o que justifica a referência de Savimbi.

Pelo contrário com que direito escolhe Savimbi a personalidade que há-de moderar as negociações — se elas acontecerem — de paz para Angola? Ou melhor: que pode esperar Savimbi de Butros-Ghali, de quem se diz amigo pessoal, depois de pedir a cabeça de uma pessoa cuja confiança o secretário-geral da ONU tem reafirmado — e voltou ontem a fazê-lo. Irá o líder dos rebeldes angolanos voltar a estar ausente de uma nova ronda negocial se Ghali não substituir Anstee? Iria Ghali substituir Anstee para evitar mais mortes e sofrimento em Angola, dando razão a quem pela força das armas ignorou o resultado das eleições, homologadas pela ONU e pela Comunidade Internacional, precipitando uma nova guerra civil?

Antecipando-se, para o próximo encontro Savimbi propõe já um novo árbitro — em vez de Margaret Anstee, britânica que acusa de "inexperiência africana", pede uma "personalidade de prestígio (...) se possível um africano" — e uma nova cidade — ao contrário do árbitro, não quer uma cidade africana, prefere uma capital europeia.

Savimbi vai advertindo que continuará a guerra. Irá até Malanje — onde já se travam confrontos há oito dias — e diz que tem capacidade para ocupar o Kuito, capital do Bié, Ben-

guela, Lobito e Menongue, capital do Kuando Kubango.

O Estado angolano, perante estas ameaças, mantém na voz de José Eduardo dos Santos um tom tolerante, mas cada vez mais indignado pela igualdade com que os Estados Unidos continuam a olhar o Governo, legitimado em eleições, e a UNITA, "legitimada" pelas armas.

"É injusto e mesmo imoral que a comunidade internacional levante entraves à acção de legítima defesa do Governo angolano, continuando a impor-lhe a opção "Triplo Zero", que o impede de buscar no exterior os meios indispensáveis para fazer face à agressão e afirmar e consolidar o regime democrático saído de eleições livres e justas", lamentou-se o Presidente da República.

Eduardo dos Santos considerou ainda, em discurso pronunciado terça-feira em Luanda, ter tido "dimensões de escândalo" a forma como a UNITA "conseguiu 'esconder' dos olhos dos observadores um exército de mais de 20 mil homens, totalmente equipados com os meios bélicos mais sofisticados, incluindo veículos blindados e artilharia de longo alcance, com os quais leva agora a cabo uma rebelião armada".

Esta foi a primeira referência explícita de Eduardo dos Santos à forma como os países observadores (Portugal, Estados Unidos e Rússia) e as Nações Unidas cumpriram o seu papel de fiscalização e verificação do desarmamento e desmobilização dos exércitos partidários. E recomenda: "A única forma digna de se desfazer esta lamentável 'cegueira' [...] só pode consistir agora no abandono definitivo de todas as suas posições ambíguas e contemporizadas e no apoio claro e multiforme ao Governo angolano".

MNE português repudia ameaças de Savimbi

Movimentações militares no Soyo

PÚBLICO, 12.3.93

O AEROPORTO da cidade petrolífera do Soyo, sob o controlo do Governo angolano, conheceu ontem um grande movimento com chegadas e partidas de aviões de vários tipos, disse ao PÚBLICO, em Luanda, uma testemunha ocular entretanto chegada à cidade.

Aviões governamentais aterraram quarta-feira na pista do Soyo. Pequenos aviões de reconhecimento notaram-se entre os aparelhos que chegaram de Cabinda à cidade petrolífera. A mesma fonte disse ter "ouvido muitas línguas" e visto "raças diferentes".

Mostrou-se ainda convencida que o enclave está a ser utilizado como uma das bases de apoio a uma eventual contra-ofensiva na região, onde a UNITA domina desde Janeiro. E referiu que mercenários foram contratados por empresas petrolíferas que ali operam com o objectivo de garantirem a sua segurança.

Em Lisboa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português repudiou "vivamente" as acusações que Savimbi dirigiu a Portugal sublinhando a necessidade de uma "clara e urgente tomada de posição" internacional sobre a "dramática situação angolana".

"É certo que no passado o doutor Savimbi tem vindo a retratar-se publicamente das suas afirmações anteriores", diz o comunicado,

acrescentando que "não podem deixar de ser vivamente repudiadas as acusações dirigidas contra o Governo português e sobretudo as ameaças veladas aos portugueses residentes em Angola".

Afirmando que continua a acompanhar a situação, o MNE português diz que mantém "intensas consultas" com os dois outros parceiros observadores do processo de paz, os Estados Unidos e a Rússia, e ainda com os membros do Conselho de Segurança da ONU, com o objectivo de alertar a comunidade internacional para a adopção de uma posição "clara e urgente" sobre a crise.

Lembrando que Savimbi fez tábua rasa dos acordos de Bicesse, por ele livremente assinados há dois anos, que atacou a competência da representante do secretário-geral da ONU e que ameaçou até a Namíbia, o MNE considerou "absurdo" o propósito atribuído terça-feira pelo dirigente da UNITA a Lisboa, entre outras acusações, de preparar um plano para a "eliminação" física da sua pessoa.

Mercenários feridos

A televisão namibiana noticiou entretanto ontem à noite que três mercenários brancos, feridos em Angola, receberam tratamento numa unidade hospitalar em Win-

EM GREVE DE FOME PELA PAZ EM ANGOLA — "Inconformados com a situação que se vive actualmente em Angola", três estudantes africanos que frequentam, este ano lectivo, os cursos de Relações Internacionais e de Português, na Universidade do Minho, decidiram, ontem, entrar em greve de fome por tempo indeterminado. Assumem-se como cidadãos "sem qualquer vínculo partidário", pretendendo, com a sua iniciativa, apelar ao diálogo entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, a fim de que "a paz não seja uma utopia". Para lá desta manifestação que se pretende "pacífica", os estudantes angolanos apelaram, ontem, para que o Presidente da República e o Governo português envolvam a comunidade internacional em todas as tentativas que visem implantar a paz em Angola. Rejeitando qualquer cepticismo em relação ao papel de Portugal nas negociações para solução do conflito angolano, Fernando Macedo, finalista de Relações Internacionais e um dos grevistas da fome, foi breve na justificação do apelo do seu grupo: "Se a nível internacional todos lutarem pelo mesmo objectivo, há mais possibilidades de o alcançar." A seu lado, os seus dois colegas corroboravam esta afirmação, deixando perceber sentimentos de revolta face à actual conjuntura política angolana.

PÚBLICO, 11.3.93

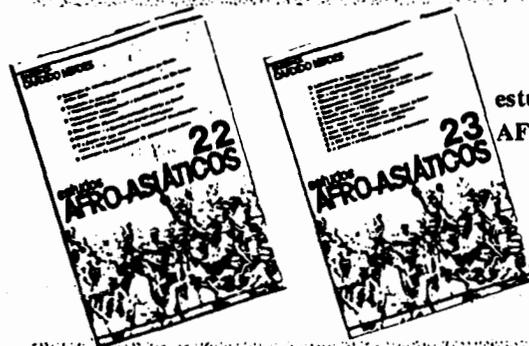
dhoek, capital do país, facto que as autoridades do estabelecimento negaram. A estação classificou o desmentido como "uma cortina de fumo", afirmando ter filmado "dois deles" no hospital, quarta-feira à noite.

Uma fonte diplomática disse ao PÚBLICO em Luanda que a proposta de resolução agendada para a reunião do Conselho de Segurança marcada para ontem era "inócua", pois "não condenava nem aplaudia nenhuma das partes". A ideia, segundo a mesma fonte, "é a de manter as coisas tal como estão até ao dia 15 de Abril", o que poderá estar relacionado com

o fim do mandato, em 30 de Abril, da UNAVEM II (Missão de Verificação da ONU em Angola).

O diplomata admitiu ainda que o tom inócuo proposto ao Conselho estará relacionado com o moderado envolvimento dos Estados Unidos na questão angolana. "Só depois da substituição [nos primeiros dias de Abril] de Herman Cohen por George Moose, como secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, é que a posição da administração norte-americana poderá evoluir."

Fernando Sousa,
com António Matos, em Luanda



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

À VENDA
NO CEEA

Continuação
da pág. 5

Luanda ignora discurso de Savimbi

duas semanas. A condição imposta pela FLEC (movimento independentista de Cabinda) para a sua libertação — a inclusão do problema do enclave na agenda negociada entre o Governo e a UNITA — não foi atendida por Nova Iorque.

As Nações Unidas terão sido igualmente desafiadas num ataque alegadamente perpetrado pela UNITA a um avião humanitário que transportava ajuda alimentar às vítimas da guerra e da seca na região do Cubal, entre o Lobito e Benguela, segundo noticiaram on-

tem vários meios de comunicação social angolanos.

O ataque ocorreu quando o aparelho, com carga do Programa Alimentar Mundial, efectuava manobras de aproximação à pista, situada a 150 quilómetros a oeste de Huambo. Morteiros tomaram-no duas vezes por alvo, mas nem o Antonov, de fabrico russo, nem a sua tripulação foram atingidos.

Forças governamentais estão a concentrar-se no Cubal, enquanto duas colunas do Exército, partidas há três semanas em direcção ao Huambo, continuam a progredir com

dificuldade. As estradas estão minadas e as pontes foram destruídas pela UNITA.

Norberto de Castro, deputado da UNITA no parlamento angolano, manifestou ontem receio "pelo futuro de Angola" depois do discurso "contraditório" proferido quarta-feira por Savimbi. "Ao mesmo tempo que diz ir negociar, Jonas Savimbi ameaça a ocupação de outras cidades, o que, a ter como exemplo o que se passou no Huambo, significa que em breve poderemos estar perante mais uns montões de ruínas", disse o antigo ministro da Informação da UNITA.

Sobre o futuro do líder da oposição armada angolana, um jornal sul-africano, "Die Burger", lançou ontem a dúvida, noticiando que cem mercenários altamente treinados estão a preparar um assalto, durante as próximas duas semanas, ao quartel-general de Jonas Savimbi com o objectivo de o matar.

O jornal, que segundo a Lusa retoma notícias veiculadas pela agência noticiosa portuguesa, escreve que alguns dos mercenários, antigos combatentes do Batalhão 32 ("Búfalo"), já estão em Angola.

Butros-Ghali quer organizar cimeira

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas, o egípcio Butros Butros-Ghali, pretende convidar para Nova Iorque ou para outra cidade o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Machel Savimbi, de modo a tentar — uma vez mais — conseguir a paz em Angola.

O Conselho de Segurança da ONU estava ontem à tarde (princípio da noite em Lisboa) prestes a aprovar uma proposta de resolução que daria luz verde a Butros-Ghali para "organizar reuniões ao mais alto nível possível" entre dirigentes do MPLA e da UNITA; presumindo-se que o ideal seria reunir os presidentes de um e outro lado.

No entanto, alguns membros do Conselho receavam a hipótese de tal cimeira ser convocada sem uma adequada preparação, pois se a mesma não resultasse pouco restaria à comunidade internacional no sentido de impedir a continuação da guerra em Angola, onde se combate quase ininterruptamente desde há 32 anos.

Margaret Anstee, que naquele país tem representado o secretário-geral, disse quinta-feira no Conselho de Segurança pensar que Savimbi tem cerca de 60.000 homens em armas e controla 70 por cento do território.

A fim de fazer face à grave situação, propôs — entre ou-

tras hipóteses — o lançamento de uma força de paz de uns 15.000 "capacetes azuis", não se sabendo ainda se as Nações Unidas estariam dispostas a suportar tão grande encargo.

A proposta de resolução que ontem estava a ser ultimada era fortemente desfavorável ao líder da UNITA e confirmava a manutenção de Anstee no seu lugar, apesar da forte contestação de Jonas Savimbi.

Butros-Ghali deve apresentar outro relatório ao Conselho de Segurança até 30 de Abril e tem sugerido já que os 224 soldados da ONU ainda em Angola saiam de lá se entretanto a paz não for conseguida. Mas pode ser que ainda se deixe tentar pela sugestão de um contingente de muitos milhares de homens, se acaso surgirem verbas para o financiar.

Savimbi perde terreno

Uma das contradições da actual fase da vida em Angola é que o líder da UNITA vai perdendo terreno na arena internacional, à medida que aumenta o número de municípios sob o seu controlo.

Diplomatas citados ontem pela agência Reuter comentaram que, no seu discurso de terça-feira, Savimbi pouco mais fez do que ameaçar e acusar, não tendo apresentado grandes propostas concre-

tas para a resolução dos problemas.

No entanto, admitiram que a médio prazo Margaret Anstee talvez tenha mesmo de ser substituída, se Jonas Savimbi persistir em não querer falar com ela, por não a considerar suficientemente isenta.

A própria senhora Anstee poderá dentro de algum tempo solicitar que a aliviem de tal encargo, depois de uma série de críticas vindas umas vezes da UNITA e outras dos meios governamentais angolanos.

Enquanto isto, o Governo angolano pediu ontem ao Presidente Frederik de Klerk que utilize "a sua influência pessoal" para acabar com o apoio alegadamente dado à UNITA por grupos privados sul-africanos.

O "Jornal de Angola" disse que as autoridades obtiveram confirmação de que uma operação de apoio logístico às forças da oposição armada estaria a ser dirigida a partir de Pretória pela empresa privada "Wonder Air", propriedade de um empresário amigo do ministro dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, e do general Magnus Malan, antigo ministro da Defesa.

Por outro lado, o Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas desmentiu ontem, em comunicado, as notícias sul-africanas de que

Luanda teria ultimamente contratado mercenários, a fim de melhor resistir aos desafios militares que se lhe deparam. E contrapôs-lhes a identidade de três mercenários da África do Sul quarta-feira hospitalizados na Namíbia, depois de alegadamente terem sido feridos quando combatiam ao lado da UNITA no centro de Angola: Nico Bosman, Hermanus Ferreira e Geoffrey Landoberg.

As forças governamentais sitiadas na província do Huambo esperavam ontem a chegada de reforços que permitissem a sua retirada ou a passagem à contra-ofensiva — disse à agência Lusa uma fonte governamental de Luanda.

Admite-se desde há dias que o Governo tente reconquistar a capital daquela província, ocupada há uma semana pelos homens da UNITA, que parecem estar na mó de cima em 105 dos 167 municípios angolanos.

A França reafirmou ontem — tal como os EUA o haviam feito na véspera — que considerará "um acontecimento grave" qualquer ataque dos homens de Savimbi a instalações petrolíferas estrangeiras em Angola, designadamente na província de Cabinda (de onde nas últimas 48 horas partiram muitos dos governamentais que reassumiram o controlo da cidade do Soyo, a sul do rio Zaire). ■

ONU censura UNITA

A CONQUISTA da cidade de Huambo pode ter um sabor amargo para a UNITA se o Conselho de Segurança da ONU aprovar a Resolução 811 — ainda em discussão à hora de fecho desta edição —, intimando a organização de Savimbi a apresentar, até ao final do mês, «provas de que se verificou um progresso real no sentido da implementação dos acordos de paz».

A proposta de resolução convida o secretário-geral da ONU a promover um novo encontro «ao nível mais alto possível» entre as duas partes até dia 30 de Abril. A ONU mostra-se «gravemente preocupada com a persistente violação por parte da UNITA das principais alíneas dos Acordos de Paz para Angola» e lamenta que o encontro previsto para Addis-Abeba não se tenha realizado «por a UNITA ter falhado no cumprimento do seu compromisso».

A ONU reafirma ainda que pedirá responsabilidades a qualquer das partes que recuse o diálogo e ponha em perigo todo o processo. É neste contexto que a resolução «exige que a UNITA aceite sem reservas o resultado das eleições democráticas de 1992».

EXPRESSO, 13.3.93

O comunicado do MNE português, divulgado no final do Conselho de Ministros desta semana «após activas consultas com os outros membros da 'troika' de observadores (EUA e Rússia) e CE», constituiu a primeira reacção oficial ao discurso de Savimbi lido aos microfones da rádio Vorgan, após a conquista de Huambo, no passado fim-de-semana. Portugal foi o país mais duramente atacado e ameaçado, mas não foi o único a reagir.

Moscovo condenou a UNITA e admitiu a possibilidade de fornecer armas «ao governo legítimo de Angola para que se possa defender». Paris advertiu publicamente Savimbi que a França consideraria qualquer ataque contra instalações petrolíferas estrangeiras em Angola como um acontecimento muito grave, tirando as necessárias ilações.

A Petrofina e a Texaco, que exploram juntamente com a Sonangol os campos do Soyo, pediram protecção aos respectivos governos. Diplomatas americanos informaram, entretanto, a UNITA que «o Departamento de Estado não tolerará nenhum ataque contra empresas americanas» (ver caderno Internacional).

Luanda 'volta' ao Soyo

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

PERDIDA a batalha do Huambo, as tropas governamentais realizaram esta semana uma forte investida sobre a província do Zaire, com recurso maciço à aviação, admitindo-se em círculos militares que a localidade do Soyo possa já ter sido recuperada pelas Forças Armadas de Angola.

O êxito da operação está ainda condicionado, ao que tudo indica, à dificuldade de localizar algumas bolsas de soldados da UNITA. «Nos últimos dias desembarcaram no Soyo significativos efectivos militares que controlavam à distância os movimentos dos soldados de Jonas Savimbi», disse uma fonte de uma empresa petrolífera.

Estas notícias coincidem com a presença de fuzileiros navais franceses a bordo de fragatas estacionadas ao largo, com o fim de garantir não só a protecção das plataformas da ELF no Soyo, bem como desta companhia e da Chevron em Cabinda.

«Eles estão aqui para defender os interesses da França mas jamais se envolverão nesta guerra», disse um diplomata ocidental.

EXPRESSO, 13.3.93

Conselho de Segurança condenou a UNITA

PÚBLICO, 14.3.93

Tenta-se cimeira em Abril

Jorge Heitor
com António Matos
em Luanda

Todas as esperanças quanto a uma possível paz em Angola residem agora na eventualidade de a ONU conseguir colocar frente a frente, em Abril, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Nisso e na pressão que Bill Clinton acaba de decidir exercer sobre eles, para que se entendam.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas atribuiu à UNITA a maior parte das culpas pela presente situação de guerra em Angola e pediu ao secretário-geral Butros-Ghali que organize até ao fim de Abril uma nova reunião entre as duas partes em conflito, "ao mais alto nível possível". Ou seja, a cimeira que desde há muito se impõe entre José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi.

Alguns diplomatas citados pela agência Reuter disseram na sexta-feira à noite em Nova

lorque que a reunião poderá eventualmente decorrer em Londres, nos princípios de Abril, quando Butros-Ghali for a caminho da sua prevista visita ao Camboja. Mas em Luanda um porta-voz da ONU, o brasileiro João Lins de Albuquerque, afirmou ao PÚBLICO que só nos próximos dias é que a representante especial do secretário-geral para as questões de Angola, Margaret Anstee, irá proceder a consultas sobre o local mais indicado para a cimeira.

O porta-voz das Nações Unidas excluiu desde já as hipóteses de Genebra, porque isso pareceria uma cedência ao que foi proposto por Jonas Savimbi, e de Adis Abeba, que não agradaria muito à UNITA, deixando em aberto a possibilidade de Nova Iorque ou de outra cidade norte-americana, que seria do agrado de alguns dos diplomatas que negociaram em 1990 e 1991 o malogrado acordo de paz para Angola.

O representante português na Comissão Conjunta Político-Militar, António Monteiro, declarou há dias que seria bom se a próxima reunião de alto nível entre o Governo angolano e a UNITA se realizasse nos Estados Unidos, a fim de isso facilitar um maior empenhamento da administração Clinton na resolução do problema de Angola.

Perspectivas cinzentas

Para já, as perspectivas continuam a ser cinzentas, pois o grupo de Savimbi, que ontem completava 27 anos, comentou

que "a ONU perdeu toda a credibilidade" ao considerá-lo o obstáculo principal à estabilização da vida angolana.

A rádio que emite a partir da Jamba, a Vorgan, tem vindo a dizer nos últimos dias que a UNITA está a assumir o controlo de Malanje, numa zona de forte implantação do MPLA, e ontem admitia que o mesmo movimento também conseguisse ocupar o Cubal, na província de Benguela.

Era a partir do Cubal que as forças governamentais esperavam lançar oportunamente uma contra-ofensiva para a reconquista do Huambo, a maior cidade do centro do país, há uma semana ocupada pela UNITA, que parece hoje em dia ter já o controlo de 70 por cento do território (se bem que no mesmo espaço viva menos de metade da população angolana, que ronda os nove milhões e meio de habitantes).

Em Luanda são cada vez mais escassas as informações sobre o que vai pelo resto de Angola, admite-se mesmo que esteja iminente a censura a todas as notícias sobre a situação militar e aviões MiG efectuam inexplicáveis voos rasantes, que deixam atemorizados os habitantes da capital, onde em muitos bairros não há água nem luz.

Foi de Luanda que chegou ontem a Portugal um dos poucos deputados eleitos pela UNITA que aceitaram ocupar o seu lugar num Parlamento dominado pelo MPLA: Carlos Morgado, antigo médico pessoal

de Jonas Savimbi, desde Outubro "sob a custódia" do Governo.

Tendo viajado por questões familiares (o pai faleceu em Portugal no início deste mês), Morgado foi muito lacónico nas declarações proferidas à chegada, mas admitiu à TSF que voltará a Angola e que desde há cinco meses não tem qualquer contacto com Savimbi.

Na capital angolana, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, João Bernardo Miranda, manifestou-se satisfeito por o Conselho de Segurança ter sido directo na condenação da UNITA, ao contrário do que ainda há poucos dias era receado em meios do MPLA.

A resolução 811, que em certa medida reflecte uma viragem verificada ultimamente na atitude da comunidade internacional para com o caso angolano, pede ao movimento de Savimbi que aceite sem reservas o resultado das eleições efectuadas em Setembro. E solicita às duas partes que até ao fim deste mês dêem provas de estarem verdadeiramente a avançar no cumprimento do acordo de paz que em Maio de 1991 foi assinado em Lisboa.

Por outro lado, numa carta pastoral, os bispos de Angola e de São Tomé e Príncipe pediram ao MPLA e à UNITA que cessem urgentemente as hostilidades, de modo a que se possa de novo negociar a paz. ■

A balcanização do coronel

PÚBLICO, 14.3.93

DIVIDIR ANGOLA em três Repúblicas é uma tese já estafada mas que mantém defensores. Esta questão voltou a ser suscitada por um oficial do Exército português, de seu nome José Maria de Mendonça Júnior. Dia 6 deste mês, num encontro realizado no Instituto de Estudos Oliveira Salazar, o coronel Mendonça Júnior fez a sua exposição e distribuiu um documento do qual, segundo afirmou, enviou "cópia às partes" interessadas.

Ao nível do Governo português, nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros nem o da Defesa conhecem o documento. Em síntese, o coronel Mendonça Júnior diz defender a criação de uma "confederação formada pela República de Cabinda, pela República de Angola Norte e pela

República de Angola Sul". Escreve o autor da tese que neste modelo se trata de "conciliar a divisão na indivisibilidade".

Haveria uma constituição para cada Estado e os três "seriam superiormente irmanados pela Presidência de Angola, através de uma constituição que definiria as leis confederais. Este órgão de cúpula seria sucessivamente exercido pelos três presidentes da República, em mandatos de seis meses".

Quando em 1975 se desenvolveu o processo de descolonização, ao nível de responsabilidade do Estado português, nunca foi considerada a versão da confederação para Angola. A única questão posta referia-se a Cabinda, acolhendo-se a ideia de promover um processo separado de desco-

lonização do enclave. Almeida Santos, então ministro da Administração Inter-territorial, chegou a receber representantes da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

O deputado socialista, em depoimento ao PÚBLICO, afirma que a posição portuguesa determinava-se no sentido de "respeitar o consenso internacional que congregava os pontos de vista da OUA, do Comité dos 24 e da ONU". Esse consenso traduzia-se simplesmente em respeitar as fronteiras herdadas do regime colonial.

Almeida Santos diz que a "discussão dessas fronteiras iria abrir as portas a uma divisão do continente africano". Iria mexer nas fronteiras herdadas dos impérios coloniais, "quase todas

elas de natureza convencional, sem nenhuma espécie de contemplação de hipotéticas fronteiras naturais, quer de origem geográfica quer de origem étnica."

Novas catástrofes

É este quadro que mostra a maioria dos novos Estados africanos com "base populacional pluriétnica, se não mesmo plurinacional, facto que não ajuda a pacificar os conflitos desencadeados ou latentes". Almeida Santos diz: "Erra quem pense que tentar corrigir esse defeito pode ser pacificador. Mesmo

Continua
na pág. 9

South Africa plan focuses on equality

Philip Gawith and Patti Waldmeir report on a radical economic programme

THE South African government yesterday launched its most radical economic restructuring programme since it took power in 1948.

The programme, which reflects a new emphasis on equality, would touch almost every aspect of economic life.

It aims to increase the amount of investment in relation to gross domestic product to improve productivity and to re-establish the stable financial environment without which investors cannot prosper.

It is a classic supply-side restructuring programme — but with a human face, designed to make it palatable to opposition political forces whose approval must be gained if it is to succeed. Initial union reaction was positive, with a leading union economist describing the plan as a useful starting point rather than rejecting it out of hand.

The changes required to effect it are enormous.

They include:

- Reducing government current expenditure to 20.1 per cent of GDP in 1997 from 26.8 per cent in 1992;
- Lowering the company tax rate to 40 per cent from 48 per cent, and the individual's marginal rate to 40 per cent from 43 per cent, by 1997;
- Reducing tariff barriers on imports to 18 per cent (possibly 14 per cent) in 1997 from 27 per cent at present;

- Keeping real wage increases to 0.75 per cent per annum;
- Taking a tougher line on anti-competitive behaviour, price-fixing and collusion;
- Balancing the budget by 1997. (Last year's deficit represented 9 per cent of GDP);
- Phasing out exchange control;

Success will depend on wage restraint from the unions and an inflow of foreign capital equivalent to 2.8 per cent of GDP in the mid 1990s, tailing off later (largely from international finance institutions).

It will also depend on a strong government's ability to push through unpalatable reforms — at a time when Pretoria is about to hand over to a power-sharing government which could prove weak and fractious.

The programme is published against a background of widespread acceptance of the pressing need for fundamental economic restructuring.

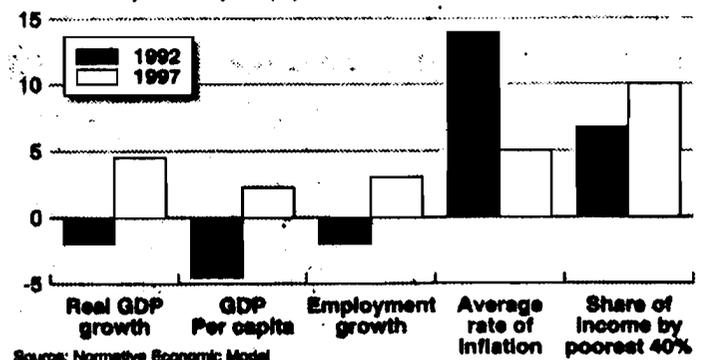
"South Africa cannot afford another decade of poor economic growth, since this will only lead to greater unemployment, poverty, violence and social instability," comments Mr Derek Keys, minister of finance and the driving force behind the document, in the foreword.

At the heart of the programme is the simple assumption that levels of investment, and productivity of that investment, must be raised if South

South Africa

FINANCIAL TIMES, 10.3.93

Structural adjustment plan (%)



Africa is to meet its daunting development challenge.

Fiscal and monetary discipline the improved functioning of product and labour markets and liberalised trade and financial markets are among the programme's goals.

The focus is on providing long-term solutions to structural problems, rather than short term palliatives. The approach will be gradual as the government believes the economy, and the society are too sick to survive a "big bang" approach.

Government officials acknowledge they have long paid lip service to economic reform.

And while some progress has been made — for example in monetary policy and agriculture — it took the deepening economic crisis and the appointment last May of Mr Keys, to produce a comprehensive programme.

While the programme is focused on the supply side, it makes clear that growth is not seen as being more important than equality.

The document notes "the new political understanding of the nature of the South African economy ... accepts that the process of economic growth must be seen as but a central feature of the broader process of economic development of the country and its people."

In the past they have always insisted that growth alone was enough to cope with poverty.

"What is envisaged is a process of structural adjustment in the developed market economy and a reconstruction of its less-developed socio-economic framework, in particular the equitable access of all South Africans to all opportunities in the economy."

During the difficult political transition to democracy, the government would provide a package of measures including labour intensive public work schemes, unemployment insurance and special training programmes.

Mr Keys has been careful to stress that the restructuring proposals are not prescriptive, but are meant to provide a platform for debate.

But his officials make clear that reform will begin with next week's budget. "It may have more teeth than people would like to see" says Mr Jacobs.

The document highlights constraints on growth: in the short term, a large fiscal deficit could crowd out a private investment revival, and balance of payments problems will constrain growth if large net capital outflows cannot be stemmed.

The longer term constraint is the legacy of apartheid — defects in the socio-economic system, such as large distances between industrial centres and labour force accommodation, and lack of education and skills which would "prevent the full participation in the growth process by the country's large developing community."

Continuação
da pág. 8

A balcanização do coronel

quando pontualmente o fosse, geraria verdadeiras catástrofes à escala do continente."

A possibilidade de conciliar os dois pontos de vista "existe no instrumento de simples autonomia, contra-posto ao de independência ou de pluri-Estados ainda que no quadro de uma confederação ou de uma federação". Na visão de Almeida Santos, estes modelos "presumem um estágio de evolução política que se não verifica em África".

Para o enclave de Cabinda, Almeida Santos julga "prudente conceder um estatuto de autonomia regional". Um modelo justificado na "especificidade geográfica" do enclave e "não menos no facto de historicamente ter por origem um principado autónomo e de ter chegado à tutela de Portugal por uma via também específica, o tratado de Simulambuco".

O mentor da criação de

uma confederação como solução para o conflito angolano é um ilustre desconhecido. No Estado-Maior do Exército pouco puderam dizer. "Desligou-se do serviço militar em 1965, em Angola. Em 1959 era alferes. Sabe-se que esteve em Macau nos anos 40, passou também por Timor e a primeira prestação de serviço em Angola foi nos anos 50.

Hoje, em 1993, diz acreditar que a aceitação do seu projecto de criação de três Repúblicas em Angola "resultaria em paz imediata" e levaria "ao aquartelamento das forças que se ameaçam ou confrontam nos espaços adjacentes às cidades de Cabinda, Luanda e Huambo, as capitais dos futuros Estados". Uma proposta que contém todos os ingredientes para se chegar ao que os especialistas em assuntos africanos sempre chamam de "balcanização de Angola". ■

César Camacho

ESCRavidão e Relações Raciais no Brasil — CADAstro da Produção Intelectual (1970-1990)

A VENDA NO CEEA (US\$ 10.00)

Um importante instrumento de pesquisa para os estudiosos

UNITA anunciou ocupação do Cubal

PÚBLICO, 15.3.93

A guerra imparável

A GUERRA em Angola mostra-se verdadeiramente imparável, com a UNITA a dizer que ocupou o Cubal; e as importantes cidades do Lobito e Benguela a ficarem apenas a 150 quilómetros dos homens de Savimbi, que controlam já mais de 70 por cento do território do vasto país.

O Governo nada comenta sobre a situação na estratégica vila do Cubal, de onde no sábado à noite teria vindo o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, segundo notícias não confirmadas que foi possível colher em Luanda, onde o secretismo é cada vez mais a palavra de ordem.

Uma equipa da cadeia norte-americana de televisão CNN que se encontrava no Cubal, a meio caminho entre o litoral e a cidade do Huambo, há oito dias ocupada pela UNITA, retirara entretanto para Benguela, por ordem expressa do Estado-Maior General.

Os meios governamentais de informação quase nada dizem sobre o que está a acontecer na generalidade de Angola e procura-se mesmo impor a correspondentes estrangeiros um boicote sobre a co-

bertura de todos os acontecimentos de índole militar.

O "Jornal de Angola" foi já ao ponto de insinuar que o Governo perdera o Huambo, segunda cidade do país, por a informação internacional ter andado a publicar noticiário sobre movimento de tropas.

Em tal ambiente, não é possível confirmar nem desmentir que a UNITA esteja efectivamente hoje em poder do Cubal, mas se isso for verdade o seu claro objectivo será não só defender a permanência no Planalto Central como, também, avançar para o Lobito e Benguela, o que deixaria as forças governamentais em situação cada vez mais difícil.

Combates no Caxito

O Cubal encontrava-se há menos de quatro semanas em poder do Governo, que a partir dali poderia tentar agora a reconquista do Huambo, logo que recebesse as armas que tem insistentemente pedido à comunidade internacional.

Entretanto, fontes diplomáticas citadas pela agência Reuter disseram que as tropas de Luanda lançaram uma ofensiva para reconquistar o Caxito, capital da província do

Bengo, apenas a 65 quilómetros da capital.

O Caxito seria precisamente o objectivo dos diversos MiG que no sábado efectuaram voos rasantes sobre a região de Luanda, causando grande nervosismo a quem se encontrava na praia. Mas a população luandense nada sabe sobre o que se passa nesse e em numerosos outros pontos de conflito, sejam eles o Soyo, o Uige ou as Lundas.

Existem claramente duas Angolas: a da faixa litoral, com o Governo a controlar Cabinda, Luanda, Lobito e Benguela; e a do interior, onde em grande parte impera a UNITA, desde as zonas diamantíferas de Nordeste até ao Huambo e às Terras do Fim do Mundo, onde se situa a mítica Jamba.

É precisamente a partir do tradicional quartel-general de Savimbi que a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) vai fazendo diariamente toda a propaganda do seu movimento, tendo dito ontem que havia violentos combates no Soyo, onde depósitos de petróleo estariam em chamas.

A UNITA alegou haver 200 mercenários ao lado das tropas governamentais desta-

casas para o Soyo, que fica a Sul do rio Zaire, um pouco abaixo de Cabinda, e que prolonga as grandes jazidas petrolíferas do enclave.

No discurso feito terça-feira no Huambo, Savimbi ameaçou retaliar em Cabinda se o MPLA utilizasse tal território como plataforma para a reconquista do Soyo, que os governamentais haviam perdido em Janeiro. Estados Unidos e França, que em Angola têm grandes interesses na exploração petrolífera, avisaram-no de imediato de que não deveria colocar em perigo o estratégico negócio do "oiro negro", principal fonte de divisas do Estado angolano.

A UNITA anunciou durante o fim de semana que uma delegação sua partira do Huambo a caminho de Lisboa e de outras cidades da Europa e dos Estados Unidos, a fim de divulgar as propostas do movimento quanto a uma solução negociada para o problema de Angola.

Em comunicado divulgado no sábado à noite em Washington, o secretário daquele grupo para questões de Informação, Jorge Valentim, reconhecia que a crise só pode ser resolvida por negociações directas com o Governo, que entretanto acusava de praticar um "genocídio tribal ou limpeza étnica". E acusava a Espanha, Portugal e outros países de terem vindo a fornecer armas ao regime angolano. ■

Jorge Heitor,
com António Matos em Luanda

Lamber as feridas em Angola

«PARA o Governo de Angola como para a UNITA, é hora de lamber as feridas, enterrear os mortos e contar espinhadas», disse uma fonte diplomática em Luanda.

«Se queres a paz, prepara-te para a guerra», parece ser a fórmula adoptada pelos beligerantes nesta fase crítica do conflito, em que ambos registaram importantes reveses. Vitoriosa militarmente no Huambo, a UNITA averbou nova derrota política quando as suas acusações contra Margareth Anstee, representante do secretário-geral da ONU, e a tróica de observadores foram firmemente condenadas pelas Nações Unidas e pelos governos ocidentais.

As ameaças proferidas por Jonas Savimbi contra Portugal, Namíbia e os cidadãos e interesses estrangeiros em Angola — repudiadas pelo MNE português num comunicado divulgado após consultas com os Doze, EUA e Rússia — convenceram o Conselho de Segurança da

necessidade de aprovar uma nova resolução que reafirme os princípios da Resolução 804, de 29 de Janeiro. A reunião do órgão executivo máximo da ONU foi antecedida de uma intensa actividade de bastidores por parte dos homens de Savimbi e de Eduardo dos Santos.

Enquanto a UNITA tratava de sensibilizar os «governos africanos amigos» e mobilizava apoiantes e simpatizantes nas principais capitais ocidentais, procurando escapar às sanções que poderiam resultar da sua condenação formal como responsável pelo fracasso de Adis Abeba, delegações governamentais angolanas batiam às mesmas portas para pedir ajuda.

Para o MPLA, compensar a derrota moral e psicológica que significou a perda do Huambo com claras manifestações de apoio da comunidade internacional «ao Governo e às instituições legítimas» é mais importante e urgente que as ajudas directas.

A insistência do Governo na revogação da «cláusula do triplo zero» e da UNITA em denunciar alegadas «violações» desta disposição dos acordos de Bicesse seria caricata se não estivessem em jogo milhares de vidas humanas.

Na realidade, os acordos de paz dizem apenas que o cessar-fogo obrigará «à abstenção por parte do Governo da RPA e da UNITA da aquisição de material letal».

É obvio que o cessar-fogo deixou de vigorar, mas nenhum dos beligerantes quer assumir o colapso dos acordos de paz. Luanda reafirmou-se «disposta a explorar as vias do diálogo para que a UNITA regressasse ao espírito de Bicesse». Jonas Savimbi, em carta dirigida a Butros-Ghali, pediu um «encontro urgente» para apresentar as suas propostas «para o estabelecimento de uma paz duradoura no quadro dos acordos de paz».

Nicole Guardiola

Cessar-fogo em Moçambique

Renamo bloqueia fiscalização

O PROCESSO de paz moçambicano está a atravessar a mais grave crise desde a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma. Pela primeira vez uma das partes signatárias do acordo está a impedir, na prática, a verificação no terreno de acusações de violação do cessar-fogo. Invoçando questões de forma, a Renamo está a bloquear os funcionamentos das comissões previstas pelos acordos.

A questão começou quando o Governo participou à Comissão do Cessar-Fogo (CCF) que ocorreram violações em seis casos distintos. Entre os casos indicados contam-se ocupações de zonas controladas anteriormente pelo Governo, movimentações significativas de forças e formação de novos contingentes militares.

Fontes diplomáticas em Maputo admitem que a Renamo esteja a formar no Quênia e a introduzir em Moçambique, através do Malawi, novas forças e, por outro lado, a recrutar localmente novos recrutas, a quem estaria a ser dada formação militar, para completar os efectivos que devem apresentar

para a formação do Exército Único.

Actuando como se vinha fazendo até agora, em casos similares, a CCF elaborou um plano de verificação. Na sua conferência de imprensa semanal de 26 de Fevereiro, o representante do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello, afirmou que esse plano já existia e que, dentro de dias, haveria relatórios das brigadas que se deslocariam aos locais.

Uma semana depois, no entanto, não só não havia relatório nenhum como as coisas se mostravam muito mais complicadas.

Segundo Ajello, não tinha havido, na CCF, consenso entre as partes para a implementação do plano, na medida em que a Renamo afirmava que as acusações não tinham substância e tinham sido formuladas de forma imprópria.

Questionado sobre o que isto queria dizer, Aldo Ajello escusou-se afirmando que no dia seguinte, isto é, sábado dia 6, haveria uma reunião da Comissão de Supervisão e Controle (CSC), o órgão mais alto criado

ao abrigo do Acordo de Roma, para debater o impasse ocorrido ao nível da CCF.

No entanto, no sábado, não foi possível reunir a CSC porque a Renamo não se fez representar. Estiveram presentes as Nações Unidas, o Governo e os países observadores, mas não a Renamo. Os representantes deste movimento deram como justificação a falta de condições logísticas e os mesmos argumentos sobre as acusações governamentais que já antes tinham defendido na CCF.

Na segunda-feira, o representante da Renamo na CSC, entrevistado pela Rádio Moçambique, declarou contudo que, na opinião do seu movimento, não tinha existido nenhuma marcação da reunião para sábado pois, segundo ele, as reuniões da CSC só podiam ser convocadas com a concordância de todas as partes.

ONU peremptória

Mas não foi essa a posição da ONU. Aldo Ajello, numa nota de esclarecimento distribuí-

da aos órgãos de informação, declarou que o encontro de sábado tinha como objectivo examinar o relatório do presidente da CCF, sobre as alegadas violações do cessar-fogo pela Renamo.

E reafirma a nota que a CSC é o órgão próprio para a resolução de situações de impasse nas demais comissões e Aldo Ajello a autoridade competente para convocar as suas reuniões, sem qualquer necessidade de consulta às duas partes.

Todavia, perante a crise que se tornava pública, e começava a pôr em causa o relacionamento entre as várias partes, as Nações Unidas decidiram anular a convocatória da reunião da CSC e realizar, entretanto, encontros informais de consultas com as duas partes.

Nesses encontros a Renamo tem mantido a sua posição de apego aos aspectos formais das acusações do Governo e este afirma que o importante é o conteúdo e não a forma das acusações.

Um novo encontro previsto para ontem voltou a falhar, depois dos principais dirigentes da Renamo terem sido convocados para consultas com a sua direcção na Gorongosa. ■

João Ferraz, em Moçambique

Moçambique a mais de um ano das eleições

Alonga-se o compasso de espera

Jorge Heitor

Enquanto Angola sofre os efeitos de umas eleições realizadas um pouco à pressa e sem estarem reunidas todas as condições, Moçambique caminha devagar para um processo eleitoral que, segundo os indícios agora existentes, já não se deverá verificar durante os próximos 12 meses.

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, admitiu esta semana, na Gorongosa, a possibilidade de em breve se reunir com o Presidente Joaquim Chissano, a fim de em conjunto analisarem a lentidão com que está a ser implementado o Acordo Geral de Paz para Moçambique assinado em Roma no dia 4 de Outubro do ano passado.

Dhlakama, que em Maio deverá visitar Portugal, utilizou um tom relativamente

conciliador quando na quarta-feira recebeu no seu quartel-general algumas dezenas de jornalistas moçambicanos e estrangeiros. Mas, apesar disso, voltou a acusar o Governo de Maputo de estar a transferir para a polícia milhares de homens que tinham estado nas Forças Armadas e no antigo Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP).

O chefe da oposição queixou-se também de a rádio, a televisão e os jornais de Moçambique continuarem nas mãos do regime que governa o país desde que foi proclamada a independência, em 1975; não havendo portanto completa liberdade de imprensa para todas as forças políticas.

Maio de 1994

Numa altura em que se confirma ser irrealista a data de Outubro deste ano para a realização de eleições gerais, tal como fora previsto no acordo de Roma, Dhlakama

avançou já com a possibilidade de o escrutínio se efectuar em Maio de 1994, o que não andaria muito longe do que é pensado por elementos da própria Frelimo.

Quanto ao atraso que se está a verificar na sua transferência da zona da Gorongosa, no centro do país, para Maputo, a capital, já a 90 quilómetros da fronteira com a África do Sul, o líder da Renamo continua a insistir que só se muda quando o Governo colocar à sua disposição instalações suficientemente amplas para si e todo o conjunto de colaboradores de que se costuma rodear.

Enquanto isso, Afonso Dhlakama vai ganhando moderação e capacidades de político, ao levantar em princípio as objecções que tinha a que algumas das forças do Zimbabwe que se encontravam em Moçambique integrem agora a força das Nações Unidas que ali se está a formar (ONUMOZ) e que é liderada pelos italianos.

O segundo contingente de soldados italianos para a ONUMOZ partiu esta semana de

Turim para a cidade da Beira, a fim de guardar o corredor rodoviário e ferroviário que liga esse porto do Índico ao território do Zimbabwe.

No fim de Março serão já 1200 os soldados italianos em Moçambique, com 700 veículos, numa altura em que se terá de avançar — já com mais de quatro meses de atraso — no processo de desmobilização dos efectivos militares da Frelimo e da Renamo.

Foi precisamente por antes das eleições gerais em Angola não ter havido tempo de desmobilizar as forças do MPLA e da UNITA e de solidificar um Exército único é que depois a guerra foi reatada, com mais intensidade do que nunca. E todos os moçambicanos têm hoje consciência disso, não querendo de forma alguma repetir erros a que se assistiu na contra-costa.

Diz o Acordo Geral de Paz que "as eleições da Assembleia da República e do Presidente da República serão realizadas em simultâneo e terão lugar um ano após o dia da assinatura do Acordo Geral

Continua
na pág. 12

Maputo destrona Luanda

MAPUTO destronou Luanda como «meca» africana dos empresários portugueses. Na próxima semana vão cruzar-se nas largas avenidas e nos gabinetes ministeriais da capital moçambicana membros tão diversos da «nomenclatura» política e empresarial portuguesa como Mira Amaral, Miguel Cadilhe, Ludgero Marques, Cardoso e Cunha, José Braz e Aníbal Oliveira.

Cerca de 60 empresários e políticos portugueses vão estar em Maputo na semana que vem, integrados em quatro diferentes comitivas: uma governamental, de que fazem parte o ministro da Indústria e o secretário de Estado do Tesouro; outra do Banco de Fomento e Exterior, encabeçada pelo seu presidente, que vai inaugurar a delegação desse banco na capital moçambicana; uma missão institucional da Associação Industrial Portuense; e, por último, uma missão empresarial promovida pela mesma associação.

Passada, à força do reacender da guerra civil, a febre angolana, que enchia os hotéis de Luanda e lotava os voos entre os dois países, a comunidade empresarial portuguesa vira-se para Moçambique, onde a paz parece mais consistente, apesar dos últimos recuos da Renamo.

Negócios acelerados

«Moçambique não tem o potencial económico de Angola, mas nós acreditamos que aceda mais depressa a uma paz efectiva que possibilite o desenvolvimento

dos negócios e da cooperação», disse ao EXPRESSO Ludgero Marques, presidente da AI Portuense, apesar de, como empresário, não poder contar histórias cor-de-rosa sobre o investimento português naquele país do Índico — as suas tentativas de participar na recuperação de empresas nesse país foram para já frustradas pela exasperante lentidão da burocracia moçambicana.

Apesar deste e de outros pesares — como as débeis relações comerciais com Portugal —, a comunidade empresarial portuguesa, e a AI Portuense em particular, está apostada em criar condições para intensificar o investimento nacional em Moçambique. As relações comerciais entre os dois países têm registado um decréscimo constante, atingindo agora o patamar mais baixo da história recente. Nos primeiros nove meses do ano passado, a nossa balança comercial com Moçambique registou um défice de 581 mil contos — montante pouco elevado. Em 1989, Moçambique representava apenas 0,06 por cento das nossas importações e 0,29 por cento das exportações. Algodão e crustáceos representam 80 por cento das importações portuguesas, enquanto os principais produtos que vendemos a esse país são vinhos, medicamentos e fios e cabos condutores.

Para propiciar a criação de «joint-ventures» luso-moçambicanas, foi constituída a SPELM (Sociedade de Promoção Luso-Moçambicana), uma sociedade de capital de risco com sede em Maputo,

participada, pela parte portuguesa, por diversas instituições, como a Norpedip, BFE e AI Portuense.

Os empresários com projectos de investimento em Moçambique esperam que a presença do secretário de Estado do Tesouro, José Braz, em Maputo signifique a resolução definitiva da questão dos fundos da dívida mo-

çambicana.

A missão institucional da AI Portuense deslocar-se-á depois a Joanesburgo, onde manterá contactos com a comunidade empresarial portuguesa radicada na África do Sul e será examinada a possibilidade de realização de investimentos conjuntos tripartidos.

Jorge Fiel

Ministro sul-africano à "Newsweek" Evitar que o Inkatha reaja como a UNITA

PÚBLICO, 9.3.93

ROELF MEYER, de 45 anos, ministro sul-africano do Desenvolvimento Constitucional e chefe da delegação governamental às conversações multipartidárias sobre o futuro do país, disse numa entrevista ao semanário norte-americano "Newsweek" ser necessário impedir a todo o custo que o Partido Inkatha venha a comportar-se como a UNITA.

PERGUNTA — Agora que se regressa à mesa negociadora, reconhece-se que não são possíveis novos malogros?

MEYER — Apresentámos um calendário que prevê eleições em Março ou Abril do próximo ano, o mais tardar, e cremos que o devemos cumprir. De outro modo, a violência aumentará. O estado da economia exige que se avance, e a comunidade internacional vira as costas se não avançarmos.

P. — A direcção do ANC pediu a criação de um Governo de Unidade Nacional depois das eleições, com representação de todos os partidos que consigam pelo menos cinco por cento dos votos. Que objecções tem a isso?

R. — Defendemos o conceito de partilha do poder. Se o líder do partido maioritário se tornar Presidente do país e só tiver de consultar o gabinete antes de tomar as decisões, não será um Governo de Unidade Nacional. Deve aceitar-se que os partidos minoritários não só participem no gabinete mas tenham uma significativa palavra a dizer na resolução dos assuntos.

P. — Portanto, o que pretende é que os partidos da minoria tenham poder de veto...

R. — "Veto" é uma palavra forte e um gabinete nunca deveria funcionar na base de um veto. Em termos ideais, gostaríamos

que as decisões fossem tomadas por consenso.

P. — O Governo De Klerk favorece uma presidência fraca, um conselho executivo de três elementos e uma maioria de três quartos para a tomada das decisões governamentais. Isso parece que querem um poder de veto.

R. — O ANC parte do princípio da menor interferência possível na governação por maioria simples. Obviamente que estamos do outro lado, mas creio que estamos a tentar encontrar uma solução razoável.

P. — O ANC tem dito que a sua aliança com o Partido Comunista permanecerá no futuro imediato e que as duas organizações trabalharão em conjunto sempre que houver campanha eleitoral. O Partido Nacional está preparado para se sentar num gabinete com militantes comunistas?

R. — Se houver comunistas no Governo, parto do princípio de que lá estarão como membros do ANC.

P. — O seu eleitorado aceita isso?

R. — É muito diferente serem designados como membros do Partido Comunista ou do ANC. Não creio que o Partido Comunista tenha futuro na África do Sul, e quanto mais depressa nos livrarmos dele melhor.

P. — As vossas relações com o Partido Inkatha pioraram no ano passado. Como é que estão agora?

R. — Grande parte do agravamento foi atribuído à forma co-

Continuação da pág. 11

Alonga-se o compasso de espera

de Paz", o que iria cair em Outubro próximo. Mas já ambas as partes signatárias estão absolutamente dispostas a protelar o calendário, por o mesmo se ter mostrado inviável logo algumas semanas após a sua divulgação.

Entretanto, Portugal vai colaborar na reintegração social de populações moçambicanas deslocadas das suas zonas de residência e de combatentes que venham a ser desmobilizados, quando em breve se avançar na formação das Forças Armadas de Defe-

sa de Moçambique (que substituirão tanto as tropas da Frelimo como os guerrilheiros da Renamo).

Portugal vai ainda participar no planeamento e organização jurídica das novas Forças Armadas, na assistência técnica à central hidro-eléctrica de Cabora Bassa e noutros aspectos da normalização da vida no grande país da costa oriental de África, onde 16 anos de guerra civil deixaram um milhão de mortos e quatro milhões de pessoas a viver longe dos seus lares. ■

Continua
na pág. 13

O outro racismo sul-africano

EXPRESSO, 13.3.93

David Beresford
correspondente
em JOANESBURGO

A MULHER do Presidente da África do Sul, Marike De Klerk, foi esta semana objecto de um revés político mais grave do que aquele que ela uma vez causou ao marido, mas que demonstrou que a capacidade de perdoar é uma virtude que ainda existe no país do «apartheid».

Diversos apoiantes do ANC, numa atitude provocatória, receberam-na com cartazes acusando-a de «bruxa» e perguntando o que queria dos «left-overs» (desperdícios) da sociedade, quando Marike chegou a uma confraternização política num subúrbio pobre e habitado por mestiços nos arredores de Cape Town.

A confraternização era uma tentativa do Partido Nacional (PN) de fazer esquecer o memorável insulto racial que a sra. De Klerk infligiu à população mestiça da África do Sul há anos atrás, quando definiu o que entendia ser um mestiço: «alguém que não é negro nem é branco e que também não é indiano, por outras palavras, é uma não-pessoa. São os 'left-overs' da sociedade», rematou.

Estas palavras foram pronunciadas durante uma visita a um lar de idosos e Marike não se deu conta que estavam a ser gravadas. Nem suspeitou que viriam a ser utilizadas contra o seu marido quando este assumiu a Presidência e lançou o processo de reformas.

Numa altura em que os partidos políticos da África do Sul se preparam para retomar as negociações multipartidárias, começa a tornar-se claro que,

em caso de êxito, o acordo a que chegarem implicará uma partilha de poderes e direitos constitucionais bem definidos. Se o partido actualmente no poder, o Partido Nacional, tiver alguma hipótese de participar num futuro Governo, tal irá depender em grande parte do apoio que obtiver entre os três milhões de mestiços sul-africanos.

«Nós odiamos os negros!»

Foi essa a razão que levou recentemente o Presidente De Klerk a nomear duas «não-pessoas» — segundo a definição da sua mulher — para o Gabinete, ao mesmo tempo que o Broederbond — a poderosa sociedade secreta formada à sombra do Partido Nacional — decidia permitir a entrada de «afrikaners castanhos».

Apesar destes gestos de boa vontade, pareciam escassas as hipóteses da população mestiça — que em muitos aspectos foi a que mais sofreu com o «apartheid» — vir a apoiar os seus antigos opressores. Portanto, quando a sra. De Klerk defrontou esta semana os manifestantes do ANC para participar num lanche onde foi calorosamente recebida por 250 convivas, a surpresa foi geral.

Mas esta recepção é reflexo de um facto inesperado que começa a tornar-se claro: os mestiços apoiam realmente o Partido Nacionalista. Os resultados de uma sondagem de opinião publicados esta semana são espantosos, pois indicam que uma maioria de 69 por cento de mestiços tencionam votar em De Klerk nas primeiras eleições

gerais não raciais do país, ao passo que o ANC será escolhido por apenas nove por cento.

Estas percentagens parecem de facto um paradoxo. Mas os líderes da comunidade mestiça não as consideram difíceis de entender. Pessoas como Joe Marx, um activista cuja participação na luta anti-«apartheid» o atirou para a prisão por duas vezes e a uma interdição de dois anos, faz uma análise surpreendente da sua comunidade: «Quando estava na prisão, costumava dizer nos interrogatórios: 'Vocês estão furiosos comigo sem qualquer razão. A minha gente é mais racista do que a vossa. Vocês odeiam-me; nós odiamos os negros».

O avô de Joe Marx era escravo e este conta como os escravos eram obrigados a cantar louvores aos brancos em agradecimento pela ceia. «Quem cantasse bem, recebia como prémio mais um biscoito ou qualquer outra coisa», explica ele. «Os nossos donos holandeses ensinaram a nossa gente a respeitar o homem branco». E conclui que os mestiços votarão sempre nos brancos: «Foram bem doutrinados».

Alan Boesak, um dirigente mestiço e muito popular do ANC, concorda, dizendo que viu mais sinais de racismo na comunidade «durante o ano passado, do que nos últimos 15 anos».

Neville Alexander, o conhecido intelectual mestiço, afirma que a indiscutível centralização do nacionalismo africano no ANC estará a contribuir para afastar o apoio dos mestiços. A juntar a isto está a identificação que é feita entre o ANC

e a violência racial e as terríveis histórias que se contam sobre as lutas nas cidades-satélite — como a da semana passada, em que se verificou o assassinio premeditado de crianças em idade escolar na província do Natal. «Os Nats (PN), através dos meios de informação, conseguiram transmitir uma imagem do ANC realmente muito negra, literal e metaforicamente falando», conclui.

Outra dimensão do racismo mestiço parece radicar na aspiração que lhes foi inculcada — pela experiência da «cidadania de segunda classe» — de serem considerados «brancos». É um dos aspectos mais trágicos e encobertos do «apartheid», como recorda o Dr. Boesak: «O meu pai era mais escuro que Mandela. A minha mãe era branca. Quer dizer, quem a visse no meio da rua nunca diria que ela tinha sido classificada como mestiça. Quando o Partido Nacional assumiu o poder, as pessoas diziam-lhe que ela devia divorciar-se do meu pai, que a ajudariam, porque não devia viver com um homem assim».

Em muitas famílias, os parentes de pele mais clara abandonaram-nos, as consequências foram traumáticas. «Destruí valores fundamentais na nossa comunidade, no coração das pessoas», diz Boesak. «Para alguns, o que os revoltava não era o facto de serem oprimidos; a sua indignação era por não fazerem parte daqueles que nos segregavam. Porque o seu desejo de serem brancos estava ligado ao desejo de serem pessoas».

Um desejo, como diria Marike de Klerk, de deixarem de ser as «sobras» da sociedade...

Continuação da pág. 12

Evitar que o Inkatha reaja como a UNITA

mo dirigi as negociações, e houve muita incompreensão. Consegui explicar a Mangosuthu Buthelezi que não ando a procurar criar conflitos com o Inkatha. A nossa política é mais próxima da do Inkatha do que da do ANC. Em questões processuais é que estamos muito mais perto do ANC.

P. — O Inkatha não está tão empenhado nas negociações como o Governo e o ANC?

R. — Não diria isso. Mas não está interessado numa fase transitória em que haja eleições logo que possível.

P. — Se o Governo e o ANC chegarem a um com-

promisso político e isso for rejeitado pelo Inkatha?

R. — É absolutamente importante garantir que todos os partidos de relevo continuem a fazer parte do processo. O Inkatha é muito importante, porque se não fizer parte das negociações a alternativa será perigosa para o país durante muitos anos. Uma reacção do tipo UNITA poderia verificar-se, não só instigada por aquele partido como por elementos da direita (branca) que gostariam de criar tal situação na África do Sul.

P. — Ainda há no estrangeiro a impressão de que este processo não se poderia de-

senrolar sem De Klerk e Mandela. É verdade?

R. — Mandela e De Klerk têm posições que são muito importantes para dar o apoio do ANC e do Partido Nacional a uma solução negociada. Mas desde os primeiros dias do processo negocial as relações entre outros elementos também se desenvolveram, de modo que o mesmo não depende apenas de uma ou duas pessoas. É diferente do que acontecia quando começámos, em 1990 e 1991. ■

Mark Whitaker
e Joseph Contreras

Exclusivo PÚBLICO/Newsweek

Não deixe de
assinar



Várias
publicações
em uma

Uma seleção criteriosa
de recortes das
principais notícias
sobre os Países
Africanos de Língua
Oficial Portuguesa e
sobre a África Austral
publicadas nos jornais

Remodelação em Cabo Verde

PÚBLICO, 12.3.93

A queda de Jorge Fonseca

O NOVO Governo cabo-verdiano deverá tomar posse nas próximas horas, perante o Presidente António Mascarenhas Monteiro. Do braço-de-ferro surgido entre o primeiro-ministro Carlos Veiga e a Comissão Política do seu partido, o MPD, resultou a ascensão de Eurico Monteiro e José Tomás Veiga a ministros de Estado e o afastamento de Jorge Fonseca dos Negócios Estrangeiros, surgindo no seu lugar Manuel Chantre, até aqui ministro do Turismo.

O novo Executivo cabo-verdiano — terceiro em dois anos — é constituído por 12 ministros e seis secretários de Estado. Carlos Veiga, que continua a assumir a pasta da Defesa, é coadjuvado por dois ministros de Estado: o irmão, José Tomás Veiga, que detém o Ministério da Coordenação Económica, e Eurico Monteiro, que continua à frente da Justiça e do Trabalho.

José Tomás Veiga passa a coordenar ainda os ministros das Finanças, Úlpio Fernandes, e do Turismo, da Indústria e do Comércio, João Higinio do Rosário, até aqui secretários de Estado. De igual modo, Helena Semedo, de secretária de Estado das Pescas, passa a responder pelo Ministério das Pescas, Agri-

cultura e Animação Rural, e Mário Silva, de secretário de Estado da Administração Interna, passa a ministro.

Ondina Ferreira, que até aqui era secretária de Estado da Juventude e da Promoção Social, foi confirmada ministra da Cultura e da Comunicação, substituindo Leão Lopes. No antigo lugar de Ondina Ferreira passa a responder José António dos Reis, até aqui secretário executivo e líder do grupo parlamentar do Movimento para a Democracia (MPD), única cara nova deste Governo.

O facto de Carlos Veiga se ter visto obrigado apenas a remodelar as velhas peças ao seu dispor demonstra o deserto que se instalou à volta do MPD. Por exemplo, para preenchimento da vaga deixada por Gualberto do Rosário, chegou-se a falar nos nomes dos engenheiros Horácio Soares e Carlos Lima, mas tudo indica que nenhum aceitou.

O factor Inocêncio

Entretanto, o afastamento de Jorge Fonseca dos Negócios Estrangeiros poderá agitar nos próximos dias a vida política em Cabo Verde. Ninguém ignora a crise que

se instalou no interior da Comissão Política com o seu afastamento do Governo e a sua escusa em assumir o cargo de secretário executivo, conforme era intenção de Carlos Veiga.

E, ao que tudo indica, a indigitação de Manuel Chantre para os Negócios Estrangeiros é uma solução provisória. Chantre, um dos três "empresários bem sucedidos" que o MPD foi há dois anos buscar a Lisboa, pediu para sair do Governo em Fevereiro. A sua presença agora é interpretada como sinal de que Veiga esteja apenas a ganhar tempo até fazer passar o nome do embaixador cabo-verdiano em Lisboa, Eugénio Inocêncio, tido como inimigo fidalgo de Fonseca e elemento muito próximo do primeiro-ministro.

Esta remodelação surge como resultado do confronto que se instalou na Comissão Política do MPD logo após a Convenção, realizada há um mês e meio na Praia, tendo a ala de Carlos Veiga saído em minoria nesse órgão. Veiga fez saber então aos 15 elementos que integram essa estrutura do seu partido a necessidade de reequilibrar as forças de modo a poder governar com segurança.

Secretário executivo

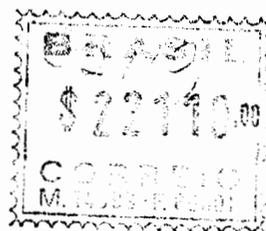
Depois de ter feito eleger Gualberto do Rosário, outro homem da sua absoluta confiança, líder do grupo parlamentar do MPD, Carlos Veiga achou por bem remeter Jorge Fonseca para o partido como secretário executivo. A escolha está longe de ser aleatória, uma vez que o antigo chefe da diplomacia cabo-verdiana era tido como o principal adversário de Veiga dentro do MPD.

Com a escusa de Jorge Fonseca, ignora-se ainda quem será o secretário executivo do MPD, sendo esta uma das razões que levaram Carlos Veiga a adiar várias vezes o anúncio oficial da remodelação. Há mais de uma semana que a imprensa cabo-verdiana e estrangeira vinham revelando os nomes que passam a integrar o novo Governo de Carlos Veiga, tendo este, em nota pública, divulgada na quarta-feira, apenas se limitado a confirmá-los. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos. Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos Rua da Assembléia, 10/Conj. 501, Tel. (021)224-8622/R. 259, Fax (021)507-1155 20119-900 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Assinatura anual: US\$ 200.00 - Assinatura semestral: US\$ 100.00



DIVERSITY LIBRARY
UNIVERSITY OF WESTERN CAPE
POSTAL BAG X-17
ROSEVILLE 7536
SOUTH AFRICA

IMPRESSO